

TRIBUTOS

Num discurso duro, presidente critica senadores que ameaçam votar contra a CPMF e afirma que eles terão de se explicar com a sociedade

Ricardo Stuckert/PR



LULA, DURANTE ENCONTRO COM EMPRESÁRIOS: "NA HORA DE VOTAR, FALARÁ MAIS ALTO A CONSCIÊNCIA DE CADA SENADOR"

Lula diz que oposição precisa pensar no país

IZABELLE TORRES
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem os partidos de oposição do Senado que ameaçam votar contra o projeto que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo ele, é tempo de os senadores pararem de pensar nas próximas eleições e começarem a pensar no Brasil e nas consequências da rejeição do projeto para estados e municípios. "Eu penso que está na hora de as pessoas pensarem um pouco no país ao invés de pensarem apenas nas eleições. Certamente alguns senadores não estão sabendo o que o dinheiro da CPMF causa de benefício nesse país. É importante lembrar que, este ano, 40% do orçamento do Ministério da Saúde vem do imposto", disse Lula, durante o programa de

rádio *Café com o Presidente*.

Lula destacou ainda que os senadores da oposição terão de explicar para a população a eventual diminuição de recursos para a saúde se a CPMF não for prorrogada. Segundo ele, o discurso de alguns senadores de que a rejeição ao projeto prejudica o governo não leva em conta as necessidades dos estados e dos municípios. "De vez em quando eu vejo o discurso de alguns senadores dizendo que ao não aprovar a CPMF vão criar problema para o governo. Não vão criar problema para o governo, vão criar problema para a sociedade brasileira. Eu quero saber quem vai explicar para os prefeitos e governadores do Brasil e para os pacientes do SUS a hora que não tiver o dinheiro para fazer o atendimento", disparou.

Consciência

Apesar das críticas aos opositores, o presidente afirmou que

acredita na aprovação da proposta no Senado. De acordo com ele, os senadores já começam a entender que o país não pode prescindir dos recursos, que somente em 2008 devem render cerca de R\$40 bilhões. "Eu acredito que na hora de votar, falará mais alto a consciência de cada senador em função do que representa o dinheiro da CPMF não apenas para o Estado brasileiro, mas, sobretudo, para a saúde", opinou.

Durante o programa, Lula lembrou as concessões feitas pelo governo para garantir a aprovação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e reafirmou que as negociações chegaram ao limite. "Nós fizemos acordo com a base aliada, conversamos com a oposição. No acordo que nós fizemos, nós propusemos reduzir a alíquota, que era uma coisa quase que questão de honra de uma parte da sociedade

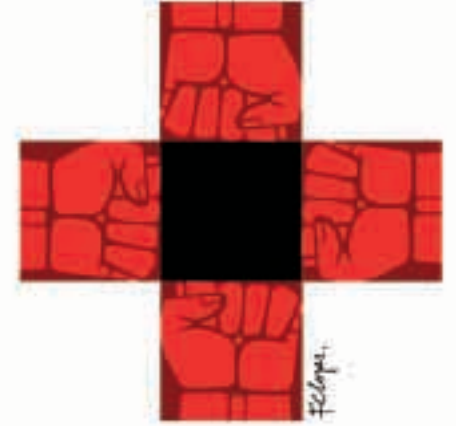
brasileira, nós inventamos a pessoa física", citou o presidente.

A oposição partiu para o ataque às declarações de Lula. O vice-líder do DEM na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), afirmou que falta "autoridade moral" ao presidente para pedir responsabilidade aos senadores de oposição na votação da CPMF. "Como alguém que levou para dentro do governo uma quadrilha tem a coragem de acusar a oposição? Ora, quem não tira da cabeça as próximas eleições é o presidente Lula. O aparelhamento do Estado, a entrega de cargos estratégicos a aloprados mensaleiros, sugerem a intenção de Lula de perpetuar-se no poder", atacou o opositorista. Aleluia disse ainda que o discurso de Lula a favor da CPMF não se justifica, já que o governo desperdiçaria os recursos do contribuinte com gastos de cartões corporativos e contratações de sindicalistas.

NAS ENTRELINHAS

por Alon Feuerwerker

e-mail alon.feuerwerker@correioeb.com.br



Muito calor e pouca luz na saúde

O governo federal foi politicamente esfolado na 13ª Conferência Nacional de Saúde (CNS). O encontro rejeitou, por exemplo, a maneira como o Palácio do Planalto vê a regulamentação da Emenda 29 — que garante verbas crescentes para o setor, proporcionalmente à elevação do Produto Interno Bruto (PIB). Rechaçou também a proposta governamental de implantar fundações estatais de direito privado, um atalho que o governo cultiva para vitimar a máquina pública com regras mais flexíveis, especialmente para contratações e altos salários. Mais ainda: os delegados apoiaram a tese de que todo o dinheiro da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) vá para a saúde, coisa de que a área econômica não quer nem ouvir falar.

Mas o revés mais retumbante, para o situacionismo, foi a decisão dos delegados da CNS de rejeitar a discriminação irrestrita do aborto. A tese é a jóia da coroa de uma agenda produzida pelo Ministério da Saúde para este segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Diante da escassez de realizações a mostrar, ou de boas idéias para atacar problemas agudos, inoculam-se no debate público temas polêmicos — como o aborto e a legalização das drogas. Enquanto isso, a dengue se alastra e pipocam as crises provocadas pelas baixas remunerações a quem presta serviços para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Não que o expediente da agenda diversionista seja de todo ineficaz. Como as classe média e superior têm o domínio da opinião pública, a pauta comportamental serve para anestesiá-los, em tese, deveriam estar batendo no governo para exigir, por exemplo, que o pobre receba dos serviços de saúde um atendimento pelo menos parecido com o que recebem o rico e o classe média na saúde particular. Quais as medidas que o governo já tomou ou vai tomar para reduzir o tempo de espera por exames complementares na rede pública? Quais as medidas que o governo já adotou ou vai adotar para humanizar o atendimento do cidadão comum nos pontos de entrada do sistema? Aliás, por falar em medidas, o que o governo tem feito (além de aparecer na tevê e dizer que o quadro é preocupante) para debelar a dengue?

SE O PALÁCIO DO PLANALTO E O MINISTÉRIO DA SAÚDE QUEREM TRABALHAR, SERVIÇO É O QUE NÃO FALTA. SE DESEJAM TER REALIZAÇÕES LUMINOSAS PARA MOSTRAR, QUE ADOTEM UMA AGENDA POSITIVA E VIÁVEL, AINDA QUE ELA POSSA DESAGRADAR A INTERESSES PODEROSOS

O rico paga médico particular e o classe média tem convênio. Talvez decorra daí que as perguntas do parágrafo anterior rendam pouco ibope. Especialmente quando a opinião pública está entredita com a agenda da discriminação do aborto e da liberação da droga.

São dois temas que dividem profundamente a sociedade brasileira, ainda que todas as pesquisas apontem maiorias maciças anti-aborto e antidrogas. Diante desse fato, seria politicamente mais inteligente que outros pontos passassem ao topo da agenda. Que tal encarar para valer a chaga do alcoolismo? Por enquanto, a solução proposta pelo Ministério da Saúde para o problema é anêmica: proibir a venda de bebidas nas estradas. Por que não enfrentar definitivamente a propaganda do álcool, como se fez com o fumo?

E por que não desencadear também uma ação maciça de governo contra a obesidade, especialmente a infantil? É razoável que alimentos de altíssimo teor de calorias e gordura sejam impingidos às crianças por meio de brindes oferecidos em redes de fast-food? Levantamentos recentes indicam que os males do sobrepeso tendem a ser mais prevalentes entre crianças e jovens do que as doenças causadas pela fome. Qual é o impacto desse fenômeno no SUS? Por que nada de definitivo se faz a respeito?

E a propaganda indiscriminada de remédios nos veículos de comunicação? Volta e meia aparece uma autoridade para lamentar os altos índices brasileiros de automedicação. Enquanto isso, o poder público assiste impávido ao massacre midiático promovido pelos laboratórios farmacêuticos, especialmente em programas com alta audiência entre a população mais pobre. É um mecanismo especialmente perverso: quem menos tem dinheiro para gastar com remédios desnecessários mais está exposto à propaganda que vende remédio como se fosse outro produto qualquer.

Se o Palácio do Planalto e o Ministério da Saúde querem trabalhar, serviço é o que não falta. Se desejam ter realizações luminosas para mostrar ao final do quadriênio, que adotem uma agenda positiva e viável, ainda que ela possa desagradar a interesses poderosos. Por enquanto, só o que o governo está conseguindo é dissipar calor em polêmicas sem futuro. E sem base social, como bem indicou a 13ª Conferência Nacional de Saúde.

Reforma política em pauta

DANIEL PEREIRA
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo promete empenho para tirar da gaveta, ainda neste ano, uma proposta de reforma política. O tema será debatido em reunião, na quinta-feira, entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o chamado conselho político, que reúne líderes de partidos aliados na Câmara e no Senado. A meta é aprovar, entre outros, o financiamento público de campanha, mesmo que seja parcial, além de uma regra permanente sobre fidelidade partidária.

A nova ofensiva é uma reação às decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre fidelidade partidária. Se for bem-sucedida, resultará no perdão dos trânsfugas ameaçados de perda de mandato. Entre os possíveis alvos de punição, estão os senadores César Borges (PR-BA) e Romeu Tuma (PTB-SP). O governo espera que os dois votem a favor da prorrogação da cobrança

Alan Marques/Folha Imagem - 24/10/07



MARES GUIA: "QUEREMOS VOLTAR A DISCUTIR A REFORMA POLÍTICA. O AMBIENTE É BOM PARA ISSO"

da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011.

Final de contas, não estão mais no DEM, que fechou questão contra o tributo. O problema é que o partido opositor ameaça ir à Justiça para recuperar as duas cadeiras. Tal possibilidade assustou Borges, que cogita fechar o seguinte acordo com os antigos colegas: vota contra a renovação do imposto

de cheque em troca do abandono da idéia de recurso à Justiça. "Queremos voltar a discutir a reforma política. O ambiente é bom para isso", disse o ministro de Relações Institucionais, Walfrido dos Mares Guia.

"O TSE agiu no vácuo", acrescentou o ministro, referindo-se aos sucessivos fracassos do Congresso para aprovar medidas sobre o assunto. Conforme antecipado pelo *Correio*,

governo e líderes de partidos decidiram retomar as discussões sobre reforma política logo depois dos julgamentos sobre fidelidade partidária. Para garantir apoio à empreitada, dirão que a função de legislar é dos parlamentares, que não podem mais ficar a reboque do Judiciário. Além disso, lembrarão que a decisão do TSE é mais uma prova da insatisfação da sociedade com o sistema político vigente.